

**Procedômio Advocacia e Assessoria Jurídica**  
Dr. José Francisco Procedômio da Silva  
OAB/PI Nº 12.813

**PROCURAÇÃO AD JUDITIA**

<b>OUTORGANTE:</b> <u>Carlos José da Paz Pereira</u>		
Nacionalidade:	Estado Civil:	Profissão:
Brasileira	<u>SOLTEIRO</u>	<u>AUTÔNOMO</u>
RG nº:	CPF/MF nº:	
<u>2.363.933-SSP/PI</u>	<u>605.923.253-18</u>	
Endereço:		
<u>Rua Principal, N.º 4290, Povoado Santa Teresina</u> <u>VERDE LAG, TERESINA-PI. CEP: 64.058.990</u>		

<b>OUTORGADO: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA E MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA</b>	
Nacionalidade: Brasileira (o)	Estado Civil: Solteiro (a)
RG nº: 2.684.877 - SSP/PI	RG nº: 1.457.994-SSP/PI
CPF/MF nº: 023.365.163-22	CPF/MF nº: 703.754.703-44
Profissão: Advogado/ Bacharel em Direito	OAB/PI Nº 12.813.
Endereço Profissional: Rua Henrique Dias - 790, Vermelha, Teresina - PI (CEP: 64019-330).	

**PODERES:** Pelo presente instrumento particular de procuração, com fulcro no Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, previsto no art. 5º, XXXV, da constituição federal, e nos moldes do art. 595 do CC, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado acima qualificado, então Outorgado, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula ad-judicia, conforme o art. 5º da lei nº 8.906/94 e art. 105 do NCPC, podendo agir junto às repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como os especiais para confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromissos, prestar declaração de pobreza na forma do artigo primeiro da Lei nº 7.115/83, REQUERER DECLARAÇÕES EM ÓRGÃOS PÚBLICOS e substabelecer está em quem lhe convier, com ou sem reservas com o fim específico de propor AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO  
DPVAT POR INVALIDEZ ADQUIRIDOS POR ACIDENTE DE TRÁFEGO

Teresina - PI, 01 de MARÇO de 2019.

Carlos José da Paz Pereira

- Outorgante -

Rua Henrique Dias, Nº 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961; 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"



1188506

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.363.933 DATA DE EXPEDIÇÃO 19/01/17

NOME  
CARLOS JOSÉ DA PAZ PEREIRA

FILIAÇÃO  
MARIA DE FÁTIMA PEREIRA DA PAZ  
ANTONIO PEREIRA DA SILVA

NATURALIDADE  
ALTOS-PI DATA DE NASCIMENTO  
07/09/1978

DOC. ORIGEM  
CERT. NASC. 2916 L 03A F 128V  
EXP ALTOS-PI 30/04/96

605.923.253-18  
1188506

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83

DEPARTAMENTO DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO  
24 AGO. 2018  
GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro - Norte CEP: 64.002470



**Fatura Mensal**

MATRICULA: 2593600-0 Hidrômetro: A08F074684 Referência: JUL/2018

Nome/Razão Social/Endereço: FRANCISCO CESAR DA PAZ PEREIRA  
RUA PRINCIPAL POV. STA TERESA, 4270  
SANTA TERESA  
POV SANTA TERESA 64058990

AG= 166

Situação Água/Esgoto: 3/1 Res. 1 Categorias de Uso: Com. Ind. Pub. Inscrição: 158 1 04 0085 4270-000

Período de Consumo: 29/06/2018 a 31/07/2018 Dias Consumo: 32

Mês/Ano	Histórico de Consumo	Consumo	Corr.
01/18	135	0	30
02/18	135	0	30
03/18	135	0	30
04/18	135	0	0
05/18	135	0	0
06/18	135	0	0
07/18	135	5	0

Forma de Faturamento: FATURADO P/ MINIMO DA LIGACAO  
Cód. Responsável: 025936000 Código da Tarifa: 01  
Consumo Médio: 5 Cons. Fao Água: 5 Cons. Fao Esgoto: 5  
Consumo: 5 Consumo Faturado: 10

DESCRÇÃO DA FATURA

Cód. Nome do Serviço: AGUA MANUTENCAO HIDROMETRO Valor (R\$): 26,91 1,60

VENCIMENTO 07/08/2018

TOTAL A PAGAR (R\$)

28,51

AVISO DE DEBITO! CONTAS: 20 VALOR: R\$637,01  
CONFORME LEI FEDERAL 11.445/2007 O SERVIÇO SERÁ SUSPENSO 30  
DIAS APÓS VENCIMENTO.

CONTROLE DE QUALIDADE DE ÁGUA CONFORME PORT. 2914/2011-MS

Parâmetros	Turbidez	Cor	Cloro	PH	Ferro	Colif.Totale	Escherichia Coll
Valor Máximo Permitido	5,0	15	5,0	6,0 a 9,5	0,1	Ausente	Ausente
Nº Mínimo de Amostras Exigidas							
Nº Amostras Realizadas							
Nº Amostra que Atende Legislação							
Valor Médio							

Conclusão: RESERVA A QUALIDADE DA ÁGUA, DADO OS RESULTADOS OBTIDOS.

A AGESPISA NÃO VAI MAIS MANTER SERVIÇO DE ENTREGA DE CONTA  
ALTERNATIVA: RETIRE 2 VIA SITE WWW.AGESPISA.COM.BR.  
EVITE JOGAR LIXO NA REDE COLETORA. ESGOTO COLETADO PELA AGES  
PISA RECEBE PROCESSO DE TRATAMENTO ANTES DA DESTINAÇÃO FINAL

Inscrição: 158 1 04 0085 4270-000 AG= 166

Matricula: 2593600-0 Referência: JUL/2018

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR (R\$)

07/08/2018

28,51

82670000000-1 28510001822-2 59360000720-1 18000000001-8



DEPARTAMENTO DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEUDO NÃO VERIFICADO

24 AGO. 2018

GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro - Norte CEP: 64.00247

## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

<u>CARLOS JOSÉ DA PAZ PEREIRA</u>		
Brasileiro (a)	<u>SOLTEIRO</u>	<u>AUTÔNOMO</u>
RG nº: <u>2.363.933-55P/PI</u>	CPF/MF nº: <u>605.923.253-18</u>	
Endereço: <u>RUA PRINCIPAL, N.º 4290, POUSADÃO SANTA</u>		
<u>TERESINA VERDE LAR, TERESINA-PI, CEP: 64.058-990</u>		
<p><b>DECLARA</b> para os fins de obtenção de <b>ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA</b> que é reconhecidamente pobre no sentido legal, não tendo recursos que lhe permitam custear as despesas referentes a um processo judicial de <b>AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ ADVINDOS DE ACIDENTE DE TRANSITO</b>, sem o prejuízo de seu próprio sustento, vez que recebe mensalmente a quantia de R\$: <u>998,00 (NOVECENTOS E NOVENTA E OITO REAIS)</u> e que está necessitando com urgência do fim de ver seu direito líquido e certo amparado pela Justiça, tudo nos termos da Lei 7.115/83, com a redação que lhe deu a Lei 7.510/86 e 1060/50, ofício circular 187/2013, art. 98, do CPC/15 e art. 5º, LXXIV, da CF/88, juntando para tanto os documentos probatórios necessários anexadas a esta presente declaração.</p>		

Teresina-PI, 01 de MARÇO de 2019.

X Carlos José da Paz Pereira

(CPF \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_)





ESTADO DO PIAUÍ  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA  
GABINETE DA SECRETÁRIA

Ofício Circular n. 187/2013-CGJ

Teresina (PI), 09 de maio de 2013.

Aos Senhores Juizes de Direito do Estado do Piauí

**Assunto: PP n. 0000214-33.2013.8.18.0139. Orientação.**

Senhores(as) Juizes(as),

Ao cumprimentá-los, tendo em mira *decisum* do augusto Conselho Nacional de Justiça no PCA n. 200910000039601 - da Relatoria do Cons. José Adonis Calhou de Araújo Sá; o estatuido na Lei Federal n. 1.060/50; o princípio do livre acesso à Justiça; o princípio da reserva material; o princípio da ampla defesa; e o Parecer da Consultoria Jurídica deste Órgão de Correição exarado no Pedido de Providências n. 0000214-33.2013.8.18.0139 — proposto pela Presidência da OAB/PI, que pode ser acessado, na íntegra, na página desta Corregedoria Geral da Justiça na *internet*, ao qual atribuo **força normativa**, **oriento** os meritíssimos Senhores Juizes de Direito do Estado do Piauí a concederem o benefício da 'gratuidade da Justiça' também nas ações patrocinadas por advogado particular, quando atendidos os requisitos previstos na Lei Federal n. 1.060/50.

Cumpra-se.

Atenciosamente,

Desembargador FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM FILHO  
Corregedor Geral da Justiça do Estado do Piauí





TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PIAUÍ - CORREGEDORIA  
Registro.: 0087235 Data: 01/03/2013 às 12:58  
Requerente: Emitente VICE-PRESIDENTE DA OAB/EXERCÍCIO.  
Assunto....: ENCAMINHAMENTO  
Título.....: OF.N.051/2013-PEDIDO DE REDENHAÇÃO/CNJ.  
Destino....: SECRETARIO DA CORREGEDORIA  
Servidor resp pelo cad: 005

Ofício nº 051/2013-GP

*De ordem,*  
Teresina (PI), 27 de fevereiro de 2013.

*At SCP, para autuar e  
registrar. Qu/04/03/13*

A Sua Excelência o Senhor  
**Francisco Antônio Paes Landim Filho**  
Corregedor Geral de Justiça do Estado do Piauí  
Praça Des. Edgard Nogueira, s/n, Centro Cívico  
CEP 64000-830  
Teresina-PI

*Dr. Rúbio Fontenele de Carvalho Campos*  
Secretário da Corregedoria Geral da Justiça



**Assunto: Pedido de recomendação. Cumprimento da decisão do CNJ no PCA nº 200910000039601. Benefício da justiça gratuita. Advogado particular. Possibilidade.**

Excelentíssimo Senhor Corregedor,

A **Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Piauí**, por intermédio de sua Presidente em exercício, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência expor e requer o que segue:

A advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em causas *pro bono*, ou seja, naqueles feitos em que o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita.

Invariavelmente, tal atuação se dá em favor de pessoas necessitadas ou de instituições beneficentes, que não tem condições de arcar com os custos do processo judicial – aí se incluindo honorários advocatícios contratuais e taxas judiciais – sem prejuízo ao sustento próprio e/ou da sua família e, no caso daquelas pessoas jurídicas, sem que sua atividade social seja afetada.

214-33.2013

Rua Gov. Tibério Nunes, s/n  
Cep: 64000-250 Teresina-Piauí  
Fones: (85) 2107-5800





Em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando se sensibilizam com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo assim com seu múnus público<sup>1</sup> e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça. Ainda com esse fim, faz-se necessário postular, em causas dessa espécie, a concessão do benefício da **gratuidade da justiça**, coadunando-se com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei 1.060/50.

Entretanto, muitos magistrados indeferem a isenção de custas processuais sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo a sua concessão à pessoas representadas pela Defensoria Pública.

*Data vênia*, tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*. Outrossim, do ponto de vista processual, revela descabida intromissão na relação cliente-advogado.

Vale dizer que tal matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, a partir da impugnação de ato administrativo outrora baixado por essa Corregedoria local, conforme se depreende do julgado assim ementado:

**EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ. PROVIMENTO 019/2006. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. RESTRIÇÃO AO PATROCÍNIO DA CAUSA PELA DEFENSORIA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE.**  
**1. Pretensão de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, da**

<sup>1</sup> A Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB), alinhando-se ao art. 133 da Constituição Federal, assim dispõe:

Art. 2º O advogado é indispensável à administração da justiça.

§ 1º No seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social.

§ 2º No processo judicial, o advogado contribui, na postulação de decisão favorável ao seu constituinte, ao convencimento do julgador, e seus atos constituem múnus público.

Rua Gov. Tibério Nunes, s/n  
Cep 64000-750 Teresina-Piauí  
Fones: (86) 2107 5800





Corregedoria de Justiça do Estado do Piauí, que estabelece restrição de acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas por membros da Defensoria Pública.

2. A Lei nº 1060/50 não condicionou o benefício da assistência judiciária ao necessário patrocínio da causa pela Defensoria Pública.

3. A restrição, tal como posta, inviabiliza o instituto da advocacia voluntária, reconhecidamente incentivado por este CNJ (Resolução nº 62/2009), e outras eventuais formas de prestação de assistência jurídica. Procedência do pedido para desconstituição do ato questionado. (Procedimento de Controle Administrativo nº. 200910000039601 - Relator: Conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá. Requerente: Francysllanne Roberta Lima Ferreira. Requerido: Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí - 91ª Sessão - j. 29/09/2009 - DJU nº 190/2009 em 05/10/2009 p. 05)

E em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário que essa douta Corregedoria adote providências no sentido de dar aplicabilidade ao julgado acima referida, renovando orientação aos Magistrados piauienses no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ.

Por todo o exposto, a OAB/PI requer a Vossa Excelência a expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os Juízes de Direito do Estado do Piauí acerca da decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça no âmbito do Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os Magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei 1.060/50.

No ensejo, externamos votos de elevado respeito.

Atenciosamente,

Eduarda Mourão Eduardo Pereira de Miranda  
Vice-Presidente da OAB/PI (Presidente em exercício)

Rua Gov. Albuququerque, s/n  
Cep 64000-750 Teresina-Piauí  
Fones (66) 2107 5000





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DA COMARCA DE TERESINA**



**PROCESSO Nº 0000214-33.2013.8.18.0139**

**CLASSE:** Pedido de Providências

**REQUERENTE:** EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA,  
VICE-PRESIDENTE DA OAB-PI (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO)

**RÉU:**

**CERTIDÃO**

Aos 12/03/2013, recebi o presente expediente, autuei e registrei no Sistema ThemisWeb sob o nº 0000214-33.2013.8.18.0139, nos termos do Provimento nº 019/2004 do Sr. Des. Corregedor Geral da Justiça. Do que lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Dou fé.

Teresina, 12 de março de 2013

  
**MICHELINE JORGE CHAVES CALLAND LEITE**  
Oficial de Gabinete - Mat. nº 0016730

**CONCLUSÃO**

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Corregedor(a) Geral da Justiça. Do que, para constar, lavro este termo.

Teresina, 12 de março de 2013

  
**ANTÔNIA MARIA BORGES FERNANDES FRANCO**  
Secretário(a)





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0000214-33.2013.8.18.0139**

**REQUERENTE: VICE-PRESIDENTE DA OAB/PI – EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA**

**REQUERIDA: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO PIAUÍ**

**PARECER**

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA TAMBÉM NAS CAUSAS PATROCINADAS POR ADVOGADO PARTICULAR, QUANDO ATENDIDOS OS REQUISITOS PREVISTOS NA LEI Nº 1050/60. CONCLUSÃO PELO DEFERIMENTO DO PEDIDO. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO PELA CORREGEDORIA A FIM DE ORIENTAR OS MAGISTRADOS VINCULADOS AO TRIBUNAL.**

Trata-se de PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS deduzido pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECÇÃO PIAUÍ, por meio de sua Vice-Presidente, no exercício da Presidência, EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA, por meio do qual se insurge contra o Provimento 019/2006, editado por esta Corregedoria Geral de Justiça, no que se refere à limitação do acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas pela Defensoria Pública.

A Requerente sustenta, em síntese, que: *i)* a advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em feitos nos quais o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita; *ii)* tal atuação

1



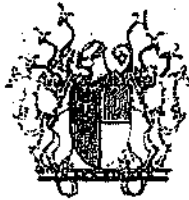


**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

se dá em favor de pessoas necessitadas ou instituições beneficentes, que não têm condições de arcar com os custos do processo judicial sem prejuízo do sustento próprio e de sua família ou sem que sua atividade social seja afetada; *iii)* em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando sensibilizados com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo, assim, o seu múnus público e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça; *iv)* nestes casos, faz-se necessário postular a concessão do benefício da gratuidade da justiça, em conformidade com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei nº 1.060/50; *v)* a referida isenção é repetidamente indeferida por muitos magistrados sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo-se a sua concessão a pessoas representadas pela Defensoria Pública; *vi)* tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos pois, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*, revela uma descabida intromissão na relação cliente-advogado; *vii)* a matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça em face de impugnação de ato administrativo anteriormente baixado por esta Corregedoria; *ix)* em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário a adoção de providências por parte da CGJ/PI no sentido de dar aplicabilidade à decisão do CNJ, *"renovando orientação aos magistrados piauiense no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ"* (fls. 04).

Por fim, pugna pela expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os juizes de direito do Estado do Piauí sobre a decisão proferida pelo CNJ no Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

*In casu*, o cerne da questão jurídica diz respeito em saber se diante de decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ em sede de Procedimento de Controle Administrativo, o qual julgou procedente pedido de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, editado por esta Corregedoria, desconstituindo os itens 1 e 2 do Capítulo IV, deve esta Corregedoria expedir ato dando ciência a todos os magistrados vinculados ao TJPI do conteúdo da decisão, recomendando que se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

**- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CONTROLE ADMINISTRATIVO E  
FINANCEIRO DO PODER JUDICIÁRIO - COMPETÊNCIA**

A Constituição Federal de 1988, quando trata dos órgãos do Poder Judiciário, estabelece em seu art. 103-B, o qual foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/2004, a composição, o funcionamento e a competência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, órgão de controle administrativo e financeiro.

Com efeito, ao CNJ não compete atuar como revisor de decisões judiciais, pois no exercício de suas funções jurisdicionais os magistrados devem agir com absoluta autonomia e independência na formação de suas convicções.

De outra parte, no exercício do controle administrativo e financeiro, compete ao CNJ, além de outras atribuições, zelar pela observância dos princípios e regras inerentes à Administração Pública, bem como apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo, inclusive, desconstituí-los, revê-los ou fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, conforme dispõe o art. 103-B, § 4º, inciso II, da CF/88, *verbis*:





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:

(...)

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

(...)

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União; (grifo nosso)

No mesmo sentido, o Regimento Interno do CNJ quando dispõe sobre a competência do Plenário, *in verbis*:

Art. 19. Ao Plenário do Conselho compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, o seguinte:

(...)

II - zelar pela observância do art. 37 da Constituição Federal e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados; (grifo nosso)

Assim, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário poderá ser apreciada pelo Plenário do CNJ, o qual poderá ainda desconstituir ou rever o ato, como também fixar prazo para a adoção de providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

**- O PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO**

O Regimento Interno do CNJ, quando trata dos diversos tipos de processos admitidos no âmbito daquele Conselho, preceitua que o controle de atos





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

administrativos poderá ser feito mediante provocação da parte, através de pedido escrito, o qual será autuado e distribuído a um Relator e após a oitiva da autoridade que praticou o ato, não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário poderá sustar a execução do ato, desconstituí-lo ou determinar a sua revisão, *verbis*:

**"DO PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO**

Art. 95. O controle dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário será exercido pelo Plenário do Conselho, de ofício ou mediante provocação, sempre que restarem contrariados os princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição, especialmente os de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Não será admitido o controle de atos administrativos praticados há mais de cinco anos.

Art. 96. O pedido, que deverá ser formulado por escrito e com indicação clara e precisa do ato impugnado, será autuado e distribuído a um Relator.

Art. 97. A instauração de ofício do procedimento de controle administrativo poderá ser determinada pelo Conselho, mediante proposição de Conselheiro, do Procurador-Geral da República ou do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 98. O Relator determinará a oitiva da autoridade que praticou o ato impugnado e, por edital, dos eventuais beneficiários de seus efeitos, no prazo de quinze dias.

Art. 99. Não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário determinará:

- I – sustação da execução do ato impugnado;
- II – a desconstituição ou a revisão do respectivo ato administrativo.

Parágrafo único. O Plenário poderá fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou dos atos do Conselho.

Art. 100. Aplicam-se ao procedimento previsto neste capítulo, no que couber, as regras previstas na Lei nº 9.784/99."

Assim, o Procedimento de Controle Administrativo é espécie processual que objetiva o controle de legalidade dos atos administrativos praticados por membros e Órgãos do Poder Judiciário, sendo indispensável que o interessado demonstre a ilegalidade do ato atacado, quer por vício em sua formação, quer por afronta ao ordenamento jurídico.

Com efeito, o Provimento nº 19/2006 dispõe sobre a distribuição dos processos na Comarca de Campo Maior/PI, a competência dos Cartórios, institui a

5





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

informatização nas suas rotinas forenses e dá outras providências, estabelecendo em seu Capítulo IV, itens 1 e 2, o seguinte:

**"IV – DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

1. Em cada um dos Cartórios, funcionará Seção da Assistência Judiciária, que terá competência para processamento de feitos cuja parte autora seja necessitada e que sejam subscritos, exclusivamente, por membros da Defensoria Pública.
2. Considera-se necessitado todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogados, sem prejuízo próprio e de sua família e que esteja assistido por órgão da Defensoria Pública."

Pelo que se depreende dos fatos, o Procedimento de Controle Administrativo instaurado junto ao CNJ, em referência na inicial do presente Pedido de Providências, Processo nº 200910000039601, impugnou ato administrativo expedido com a finalidade de otimizar a prestação jurisdicional exclusivamente na Comarca de Campo Maior-PI, o qual optou por considerar necessitado para fins de obtenção do benefício da assistência judiciária apenas aqueles cuja situação econômica não lhes permita pagar as custas do processo e os honorários advocatícios e que estejam assistidos pela Defensoria Pública.

A decisão, por sua vez, sob o fundamento de que a opção pela assistência jurídica por advogado contratado não é suficiente para afastar a justiça gratuita, na linha de entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgou procedente o pedido formulado, desconstituindo os itens 1 e 2, do Capítulo IV, do referido provimento.

Entretanto, a questão que se coloca é se a decisão acima deve ser estendida e observada por todos os magistrados vinculados a este E. Tribunal, devendo esta Corregedoria expedir ato dando ciência da decisão e recomendando





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

que o benefício da gratuidade da justiça seja concedido quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

Com efeito, a Lei nº 1060/50 estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, exigindo como condição para o exercício do benefício tão somente a afirmação da situação de necessitado, ou seja, que a parte não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família (art. 4º).

Entretanto, a lei não estabeleceu o requisito de forma desmedida. Registrou que a presunção dessa condição é relativa, podendo ser contrariada tanto pela parte adversa, por meio de impugnação, quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas (arts. 7º e 8º).

Outro ponto importante, que merece ser destacado e está contemplado *expressis verbis* na lei citada, é o que diz respeito ao direito que é assegurado ao necessitado de ser assistido, em juízo, por advogado da sua escolha, *verbis*:

"Art. 5º. O juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido, deverá julgá-lo de plano, motivando ou não o deferimento dentro do prazo de setenta e duas horas.

(...)

§ 4º. Será preferido para a defesa da causa o advogado que o interessado indicar e que declare aceitar o encargo.

(...)."

Assim, não deixa de ter direito à assistência judiciária a parte que indicou advogado, não estando obrigada para gozar do benefício a recorrer aos serviços da Defensoria Pública.







**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Nesse sentido, recentes julgados do Superior Tribunal de Justiça, *ipsis*

*verbis*:

**PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. ADMISSIBILIDADE.**

1. A declaração de pobreza, com o intuito de obter os benefícios da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa, admitindo, portanto, prova em contrário.

2. Para o deferimento da gratuidade de justiça, não pode o juiz se balizar apenas na remuneração auferida, no patrimônio imobiliário, na contratação de advogado particular pelo requerente (gratuidade de justiça difere de assistência judiciária), ou seja, apenas nas suas receitas. Imprescindível fazer o cotejo das condições econômico-financeiras com as despesas correntes utilizadas para preservar o sustento próprio e o da família.

3. Dessa forma, o magistrado, ao analisar o pedido de gratuidade, nos termos do art. 5º da Lei 1.060/1950, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Precedentes do STJ.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 257.029/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/2013, DJe 15/02/2013)

**PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. COBRANÇA DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. CONTRATANTE QUE LITIGARA SOB A PROTEÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA. IRRELEVÂNCIA. VERBA QUE NÃO É ALCANÇADA PELOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA LEI N. 1.060/50.**

1. "Nada impede a parte de obter os benefícios da assistência judiciária e ser representada por advogado particular que indique, hipótese em que, havendo a celebração de contrato com previsão de pagamento de honorários ad exito, estes serão devidos, independentemente da sua situação econômica ser modificada pelo resultado final da ação, não se aplicando a isenção prevista no art.3º, V, da Lei nº 1.060/50, presumindo-se que a esta renunciou" (REsp 1.153.163/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/6/2012, DJe 2/8/2012).

2. Entendimento contrário tem a virtualidade de fazer com que a decisão que concede a gratuidade de justiça apanhe ato extraprocessual e pretérito, qual seja o próprio contrato celebrado entre o advogado e o cliente, interpretação que vulnera a cláusula de sobre-direito da intangibilidade do ato jurídico perfeito (CF/88, art. 5º, inciso XXXVI; LINDB, art. 6º).

3. Ademais, estender os benefícios da justiça gratuita aos honorários contratuais, retirando do causídico a merecida remuneração pelo serviço prestado, não viabiliza,





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

absolutamente, maior acesso do hipossuficiente ao Judiciário. Antes, dificulta-o, pois não haverá advogado que aceitará patrocinar os interesses de necessitados para ser remunerado posteriormente com amparo em cláusula contratual ad exitum, circunstância que, a um só tempo, também fomentará a procura pelas Defensorias Públicas, com inegável prejuízo à coletividade de pessoas - igualmente necessitadas - que delas precisam.

4. Recurso especial provido.

(REsp 1065782/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/03/2013, DJe 22/03/2013)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS DO REQUERENTE. PRESUNÇÃO IURIS TANTUM. CONTRARIEDADE. PARTE ADVERSA E JUIZ, DE OFÍCIO, DECORRENTE DE FUNDADAS RAZÕES. CRITÉRIOS OBJETIVOS.

1. Trata-se de recurso especial cuja controvérsia orbita em torno da concessão do benefício da gratuidade de justiça.

2. O STJ, em sede de recurso especial, conforme delimitação de competência estabelecida pelo artigo 105, III, da Constituição Federal de 1988, destina-se a uniformizar a interpretação do direito infraconstitucional federal, razão pela qual é defeso, em seu bojo, o exame de matéria constitucional, cuja competência é do STF.

3. Há violação dos artigos 2º e 4º da Lei n. 1.060/50, quando os critérios utilizados pelo magistrado para indeferir o benefício revestem-se de caráter subjetivo, ou seja, criados pelo próprio julgador, e pelos quais não se consegue inferir se o pagamento pelo Jurisdicionado das despesas com o processo e dos honorários irá ou não prejudicar o seu sustento e o de sua família.

4. A constatação da condição de necessitado e a declaração da falta de condições para pagar as despesas processuais e os honorários advocatícios erigem presunção relativa em favor do requerente, uma vez que esta pode ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas.

5. Para o indeferimento da gratuidade de justiça, conforme disposto no artigo 5º da Lei n. 1.060/50, o magistrado, ao analisar o pedido, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Isso porque, a fundamentação para a desconstituição da presunção estabelecida pela lei de gratuidade de justiça exige perquirir, in concreto, a atual situação financeira do requerente.

6. No caso dos autos, os elementos utilizados pelas instâncias de origem para indeferir o pedido de justiça gratuita foram: a remuneração percebida e a contratação de advogado particular. Tais elementos não são suficientes para se concluir que os recorrentes detêm condições de arcar com as despesas processuais e honorários de sucumbência sem prejuízo dos próprios sustentos e os de suas respectivas famílias.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

7. Recurso especial provido, para cassar o acórdão de origem por falta de fundamentação, a fim de que seja apreciado o pedido de gratuidade de justiça nos termos dos artigos 4º e 5º da Lei n.1.060/50. (REsp 1198941/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2011, DJe 23/03/2011) (Grifos nosso)

Destarte, na esteira dos precedentes acima transcritos, para que a parte goze dos benefícios da assistência judiciária gratuita independe do fato de estar assistida por membro da Defensoria Pública ou por advogado particular. Para tanto, bastará uma simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de arcar com as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou da família, podendo, contudo, tal afirmação ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, na forma prevista na lei que rege a matéria.

Cumpre, ainda, ressaltar que a Lei 1060/50 foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso LXXIV, como direito fundamental: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Ademais, limitar o acesso à assistência jurídica gratuita àqueles que estiverem assistidos pela Defensoria Pública restringe direitos, violando o direito fundamental de pleno acesso à Justiça, e ofende o Princípio da Reserva Legal, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXV, 22, inciso I, 24, inciso XI, da Constituição Federal, *verbis*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar  
concorrentemente sobre:  
XI - procedimentos em matéria processual;

Finalmente, diante do exposto, somos pelo DEFERIMENTO do pedido, no sentido de que seja expedido por esta CGJ/PI ato administrativo orientando os magistrados que para concessão do benefício da assistência judiciária seja exigido da parte apenas a presença do estado de pobreza, ou seja, a impossibilidade de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios, não importando a qualidade do advogado, se público ou particular, nos termos previstos na Lei nº 1050/80 e conforme precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça.

É o parecer, sob censura.

Teresina (PI), 29 de abril de 2013.

**BEL. PAULO SILVEIRA MOURÃO VERAS**  
Consultor Jurídico da CGJ/PI



GT, em 09.05.2013

Aprova o parecer  
Parecer, da Comissão  
Técnica de Engenharia  
Civil do Município, para  
atender o pleito  
solicitado - para  
instalação, para  
o fim de  
Tr





Governo do Estado do Piauí  
Secretaria de Segurança Pública  
Delegacia Geral de Polícia Civil  
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

164 v. 1.0



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.002745/2018-09

Unidade de Registro: DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO Resp. pelo Registro: Cláudio Costa De Sousa

Data/Hora: 03/08/2018 - 11:17

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

TERESINA

Endereço

AV. PRINCIPAL DO POVOADO SANTA TERESA, Nº:

Complemento

Data/Hora

28/05/2018 - 06:40

Bairro

POVOADO

Ponto de Referência

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: CARLOS JOSE DA PAZ PEREIRA

RG: 2363933 PI

Mãe: MARIA DE FATIMA PEREIRA DA PAZ

Endereço: POVOADO SANTA TERESA, Nº

Complemento: PROX. À IGREJA DEUS É AMOR

Bairro: POVOADO

Cidade: TERESINA

Tipo Envolv.: VITIMA/Noticiante

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal acidental no trânsito.

RELATO DA OCORRÊNCIA

RELATA QUE CONDUZIA A MOTO HONDA/CG 150 TITAN EX, PLACA PIE-4688-PI, COR VERMELHA, RENAVAL 01024006899, PROP. DE HELTON DA PAZ PEREIRA, E QUE TRAFEGAVA PELA VIA CITADA, QUANDO ATROPELOU UM ANIMAL (CACHORRO), CAINDO EM SEGUIDA. FOI SOCORRIDO POR TERCEIROS E LEVADO PARA A UPA. (PRONT. 87864). DEPOIS FOI TRANSFERIDO PELO SAMU PARA O HUT. (PRONT. 477836). TESTEMUNHA: HELTON DA PAZ PEREIRA, POVOADO SANTA TERESA. DECLARAÇÕES DO NOTICIANTE.

Cláudio Costa De Sousa - Mat. 1085166  
AGENTE DE POLÍCIA

CARLOS JOSE DA PAZ PEREIRA - Noticiante  
Responsável pela Informação

Delegado de Polícia





Estado do Piauí  
Prefeitura Municipal de Teresina

REGISTRO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR  
Serviço Móvel de Atendimento de Urgência - SAMU



SAMU  
192

Dados do Chamado	01 N° do chamado	02 Data do chamado	03 PRO (código)	04 Saída do PA	05 Chegada ao local
	06 Saída do local	07 Chegada ao 1º hospital	08 Saída do 1º hospital	09 Chegada ao 2º hospital	
Local da Ocorrência	10 Endereço	11 Bairro			
	12 Município-UF		Código IBGE		
	13 Ponto de referência				
Dados do Paciente	14 Nome			15 Sexo	16 Idade
	17 Indícios de ingestão de bebida alcoólica?			18 Tipo de ocorrência	19 Vitima
Tipo de Ocorrência	20 Meio de locomoção				
	21 Outra parte envolvida				
Acidente de Transporte	22 Equipamentos de segurança				
	23 Glasgow =				
Exame Físico	24 Sinais Vitais				
	25 Local da lesão				
Assistência	26 Pupilas				
	27 Pulso Radial				
Hospital de Destino	28 Sangramento				
	29 Dor				
Observações Interdisciplinar	30 Fratura				
	31 Procedimentos realizados				
32 Hospital de Destino					
33 Condições de entrada					
34 Óbito					
35 Responsável pela recepção					
36 Socorristas					
37 Enfermeiro					
38 Condutor					

27.11.2011



## Declaração do proprietário do veículo

Eu, Helton da Paz Pereira

RG nº 50103844, data de expedição 07/07/16

Órgão SSP PI, portador do CPF nº.

024.346.923-71, com domicílio na cidade.

De Teresina no Estado de Piauí

Onde resido na (Rua / Avenida / Estrada)

Pouso Alto Santa Tereza

no nº 4240 complemento

Declaro, sob as penas da lei, que o veículo abaixo mencionado é ( era ) de

Minha propriedade na data do acidente ocorrido com a vítima

Carlos Sosa da Paz Pereira o condutor

Era Carlos Sosa da Paz Pereira

Veículo: Motocicleta

Modelo: Honda/CG 150 Titan ex

Ano: 2014/2015

Placa: PIE-4688

Chassi: GC2KC1660FR010589

Data do acidente: 28.05.2018

Local e Data: Teresina - Piauí

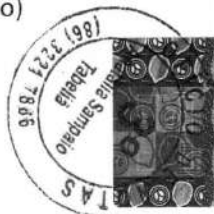
Helton da Paz Pereira

Assinatura do Declarante

Assinatura do condutor (caso seja um terceiro que não a vítima Reclamante do sinistro)

DEPARTAMENTO DE SINISTROS
DPVAT
CONTEUDO NÃO VERIFICADO
24 Abr. 2018
GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro - Norte CEP: 64.002470

CARTÓRIO TRIBUTÁRIO  
3º OFÍCIO DE NOTAS  
ALESSANDRO ALVES DE SOUSA  
Escritor Autorizado  
Teresina - PI



Selo de Fiscalização e Autenticidade  
Poder Judiciário  
Estado do Piauí  
Módulo de Notas, Registro e Judiciais  
RECONHECIMENTO DE FIRMA  
Nº ABH-14778

TERESINA CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS  
TITULAR - ANATÁLIA GONÇALVES DE SAMPAIO PEREIRA  
RUA LIZANDRO NOGUEIRA, 1223 CENTRO - CEP: 64000-200 - TERESINA-PI  
Fone: (0xx86) 3221-7886 - E-mail: atendimento@cartoriochampsampaio.com.br

RECONHECIDO POR AUTENTICIDADE A FIRMA DE: HELTON DA PAZ PEREIRA. DOU  
FE. EM TEST. 41 DA VERDADE. TERESINA-PI, 03/08/2018. Emol.: 3,71  
TJ: 0,74 Selo: 0,26 Totais: 4,71 Selo: ABH-14778 (F210F369)

ALESSANDRO ALVES DE SOUSA - ESCRITÓRIO AUTORIZADO

☐ Tabelião ☒ Escritor autorizado





SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME  
O HOSPITAL SO EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO  
INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS  
A SUA UTILIZAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE SINISTROS
DPVAT
CONTÉUDO NÃO VERIFICADO
27.04.2018
AGENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro - Norte CEP: 64.002470

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 477836

NOME DO PACIENTE: Carlos José da Paz Pereira

HOSPITAL  
DE URGENCIA  
DE TERESINA





**UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO-RENASCENÇA**

Rua Rio Verde, 2810 Renascença III - Fone: 86 3234 7074

TERESINA-PI CEP: 64082-110 CNPJ: 17.577.205/0015-32

**UPA**  
24h**BOLETIM DE ENTRADA (BE)**

Imp: 28/05/2018 09:49:05

(User: ROMERO MOURA)

(Estação: CONSULT05-PC)

**DADOS DO PACIENTE:**

<b>Nome:</b> CARLOS JOSE DA PAZ PEREIRA		<b>Prontuário:</b> 87864
<b>Mãe:</b> MARIA DE FATIMA PEREIRA DA PAZ		<b>Pai:</b> ANTONIO PEREIRA DA SILVA
<b>End.Resid.:</b> POVO SAO JOAO, NA STA TERESA - ZONA RURAL - TERESINA - PI - CEP: -		
<b>Nascimento:</b> 07/09/1978	<b>Idade:</b> 39a:8m:21d	<b>Sexo:</b> Masculino <b>Fone:</b> 86-99491-2915
<b>Responsável:</b> O MESMO		<b>CNS:</b> 707500279225390
<b>Profissão:</b>		<b>Documento:</b> CPF: 605.923.253-18
<b>G. Instrução:</b> Não informado		<b>E.Civil:</b> Solteiro(a)
<b>End.Local.:</b> - - -		

**DADOS DO ATENDIMENTO:**

<b>Código:</b> 277816	<b>Entrada:</b> 28/05/2018 09:28:08	<b>Convênio:</b> S U S
<b>Motivo da Procura:</b> OUTROS		

**DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:**

<b>Final/Sintoma de Apresent:</b> Intercorrências Clínicas	<b>Área Incidência:</b> Pele e Subcutâneo	<b>Classificação:</b> Dor moderada (4-7/10).	<b>Cor:</b> Amarelo
<b>Breve História Clas. Risco:</b> FERIMENTO NO MSE APOS QUEDA DE MOTO HOJE.			<b>Ass.Profissional Clas. Risco:</b> JULIO CESAR PEREIRA LEITE COREN PI 170497 Em: 28/05/2018 09:36:00

<b>SSVV:</b> (Hora: ____:____)
<b>Peso:</b> 0,00 Kg <b>Altura:</b> 0,00 M <b>IMC:</b> 0,00 Kg/m2 <b>Pulso:</b> 0 bpm <b>Pressão:</b> 0 mmHg

**DADOS CLÍNICOS:**  
PCT JA PREVIAMENTE AVALIADO PELA ORTOPEDIA APRESENTANDO FERIMENTO NO MSE APOS QUEDA DE MOTO HA +/- 4 HS  
.NEGA :TCE,ALERGIA A MEDICAÇÃO EF :GLASGOW 15,VIGIL,FASICO,AUSENCIA DE DEFICT NEUROLOGICO,EUPNEICO

<b>Diagnóstico Inicial:</b> Fratura da extremidade distal do rádio	<b>DEPARTAMENTO DE SINISTROS</b> DPVAT CONTEUDO NÃO VERIFICADO 24 ABO. 2018	<b>CID:</b> S525
---	--	------------------

<b>EXAMES COMPLEMENTARES:</b>	<b>GENTE SEGURADORA S.A.</b> Rua Coelho de Resende,465 Loja C Centro - Norte CEP: 64.002470
-------------------------------	---

<b>PRESCRIÇÃO MÉDICA:</b> 1- SALA DE SUTURA 2-TILATIL 20 MG 1 AMP + 20 ML AD EV 3-DIPIRONA 500 MG/ML 1 AMP + 10 ML AD EV 4-PROFILAXIA ANTITETANICA	<b>Nar. de Ibiapina Reinaldo</b> Técnico em Enfermagem COREN-PI 1067531
--	---

<b>MOTIVO DA ALTA/ENCERRAMENTO:</b> ENCAMINHADO PARA MEDICAÇÃO	<b>DATA:</b> 28/05/18 <b>HORA:</b> ____:____
---	--

<b>Assinatura Paciente ou Responsável:</b> HELLY DA PAZ PEREIRA	<b>Assinatura Profissional:</b> Romero Moura Alves Médico CRM-PI 3541
--	--

ROMERO MOURA ALVES  
CRM3541 Em: 28/05/2018 09:49:05





UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO-RENASCENÇA  
Rua Rio Verde, 2810 Renascença III - Fone: 86 3234 7074  
TERESINA-PI CEP: 64082-110 CNPJ: 17.577.205/0015-32

UPA  
24h

## BOLETIM DE ENTRADA (BE)

Imp: 28/05/2018 09:49:05

(User: ROMERO MOURA)

(Estação: CONSULTAS-PC)

### DADOS DO PACIENTE:

Nome:	CARLOS JOSE DA PAZ PEREIRA	Prontuário:	87864
Mãe:	MARIA DE FATIMA PEREIRA DA PAZ	Pai:	ANTONIO PEREIRA DA SILVA
End.Resid.:	POVO SAO JOAO, NA STA TERESA - ZONA RURAL - TERESINA - PI - CEP: -		
Nascimento:	07/09/1978	Idade:	39a; 8m; 21d
Sexo:	Masculino	Fone:	86-99491-2915
Responsável:	O MESMO	CNS:	707500279225390
Profissão:		Documento:	CPF: 605.923.253-18
G. Instrução:	Não informado	E.Civil:	Solteiro(a)
End.Local.:	- - -		

### DADOS DO ATENDIMENTO:

Código:	277816	Entrada:	28/05/2018 09:28:08	Convênio:	S U S
Motivo da Procura:	OUTROS				

### DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

Sinal/Sintoma de Apresent:	Área Incidência:	Classificação:	Cor:
Intercorrências Clínicas	Pele e Subcutâneo	Dor moderada (4-7/10).	Amarelo
Breve História Clas. Risco: FERIMENTO NO MSE APOS QUEDA DE MOTO HOJE.			JULIO CESAR PEREIRA LEITE COREN PI 170497 Em: 28/05/2018 09:36:00

Ass.Profissional Clas. Risco:

SSVV:	(Hora: ____:____)			
Peso: 0,00 Kg	Altura: 0,00 M	IMC: 0,00 Kg/m2	Pulso: 0 bpm	Pressão: 0 mmHg
<b>DADOS CLÍNICOS:</b> PCT JA PREVIAMENTE AVALIADO PELA ORTOPEDIA APRESENTANDO FERIMENTO NO MSE APOS QUEDA DE MOTO HA +/- 4 HS .NEGA :TCE,ALERGIA A MEDICAÇÃO EF :GLASGOW 15,VIGIL,FASICO,AUSENCIA DE DEFICT NEUROLOGICO,EUPNEICO				
DEPARTAMENTO DE SINISTROS DPVAT CONTEUDO NÃO VERIFICADO 24 MAI 2018				
Diagnóstico Inicial: Fratura da extremidade distal do rádio				CID: S525
<b>EXAMES COMPLEMENTARES:</b>				
GENTE SEGURADORA S.A. Rua Coelho de Resende,465 Loja C Centro - Norte CEP: 64.002470				
<b>PRESCRIÇÃO MÉDICA:</b> 1- SALA DE SUTURA 2-TILATIL 20 MG 1 AMP + 20 ML AD EV 3-DIPIRONA 500 MG/ML 1 AMP + 10 ML AD EV 4-PROFILAXIA ANTITETANICA				
Narcísio Ibiapina Reinaldo Técnico em Enfermagem COREN-PI 1067531				
<b>MOTIVO DA ALTA/ENCERRAMENTO:</b> ENCAMINHADO PARA MEDICAÇÃO				
DATA: 28/05/18 HORA: 11:11				

Assinatura Paciente ou Responsável

Romero Moura Alves  
Médico  
CRM-PI 3541

ROMERO MOURA ALVES  
CRM3541 Em: 28/05/2018 09:49:05





**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TEREŠINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02



Imp: 28/05/2018 13:21:44

(User: REGISLANE)

(Estação: RECEPCAOA)

**BOLETIM DE ENTRADA - BE****DADOS DO PACIENTE:**

<b>Nome:</b> CARLOS JOSE DA PAZ PEREIRA		<b>Prontuário:</b> 477836	
<b>Mãe:</b> MARIA DE FATIMA PEREIRA DA PAZ		<b>Pai:</b> ANTONIO PEREIRA DA SILVA	
<b>End.Resid.:</b> POVOADO SANTA TEREZA - ZONA RURAL - TERESINA - PI - CEP: 64000-010			
<b>Nascimento:</b> 07/09/1978	<b>Idade:</b> 39a:8m:21d	<b>Sexo:</b> Masculino	<b>Fone:</b> 86-99491-2915
<b>Responsável:</b> HECLY DA PAZ		<b>CNS:</b>	
<b>Profissão:</b> LAVRADOR		CPF: 605.923.253-18 * RG: -	
<b>G. Instrução:</b> Fundamental Incompleto		<b>E.Civil:</b> Solteiro(a)	
<b>End.Local.:</b> - - -			

**DADOS DO ATENDIMENTO:**

<b>Código:</b> 667069	<b>Data:</b> 28/05/2018 12:49:21	<b>Condução:</b> AMBULÂNCIA DO SAMU	
<b>Motivo da Procura:</b> ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC)		<b>Convênio:</b> S U S	
<b>Acid.Trab.:</b> Sim	<b>Trajetos?:</b> Sim	<b>Típico:</b> Não	<b>CID Secundário:</b> V299

**DADOS CLÍNICOS:**

DEPARTAMENTO DE SINISTROS DPVAT CONTEUDO NAO VERIFICADO 24 ABR. 2018 CENTE SEGURADORA S.A. Rua Coelho de Resende, 465 Loja C Centro - Norte CEP: 64.002470			
--	--	--	--

PA <input checked="" type="checkbox"/> mmHg	Pulso: _____	FC: _____ bpm	Temp.: _____
Diagnóstico Inicial:			CID: _____

**CONDUÇÃO MÉDICA E EXAMES COMPLEMENTARES:**

CONDUTA MÉDICA E EXAMES COMPLEMENTARES:	
---	--

<b>ALTA:</b> ( ) Melhorado ( ) Curado ( ) Inalterado ( ) A Pedido ( ) Administrativa ( ) Por Indisciplina ( ) Por Evasão	( ) Retornar à Unid. Origem: _____ ( ) Transferência: _____
	<b>DATA SAÍDA:</b> ____/____/____ <b>HORA:</b> ____:____
<b>ÓBITO:</b> ( ) Até 24 Hs ( ) De 24 a 48 Hs ( ) Após 48 Hs ( ) Família ( ) IML ( ) Anat. Patol.	( ) Internação na Unidade <b>Proced. Solicitado:</b> _____ <b>CID Compatível:</b> _____ <b>Prof. Solicitante</b> _____ <b>Internação:</b> _____

Assinatura Paciente ou Responsável

Carimbo- Assinatura - Profissional - BE







## BOLETIM DE ENTRADA (BE)

Imp: 28/05/2018 11:12:42

(User: EDMAR JUNIOR)

(Estação: SALADEGESSO-PC)

## DADOS DO PACIENTE:

Nome:	CARLOS JOSE DA PAZ PEREIRA	Prontuário:	87864
Mãe:	MARIA DE FATIMA PEREIRA DA PAZ	Pai:	ANTONIO PEREIRA DA SILVA
End.Resid.:	POVO SAO JOAO, NA STA TERESA - ZONA RURAL - TERESINA - PI - CEP: -		
Nascimento:	07/09/1978	Idade:	39a:8m:21d
Sexo:	Masculino	Fone:	86-99491-2915
Responsável:	O MESMO	CNS:	707500279225390
Profissão:		Documento:	CPF: 605.923.253-18
G. Instrução:	Não informado	E.Civil:	Solteiro(a)
End.Local.:			

## DADOS DO ATENDIMENTO:

Código:	277777	Entrada:	28/05/2018 07:53:56	Convênio:	S U S
Motivo da Procura:	ACIDENTE DE TRÂNSITO MOTOCICLISTA PARTICULAR				

## DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

Sinal/Sintoma de Apresent:	Área Incidência:	Classificação:	Cor:
Intercorrência por Trauma	MMSSII	Fratura fechada sem desvio	Amarelo
Breve História Clas. Risco: TRAUMA NOS MMSS APOS QUEDA DE MOTOCICLETA HOJE.			JULIO CESAR PEREIRA LEITE COREN PI 170497 Em: 28/05/2018 07:58:38

Ass.Profissional Clas. Risco:

SSVV:	(Hora: ____:____)			
Peso: 0,00 Kg	Altura: 0,00 M	IMC: 0,00 Kg/m2	Pulso: 0 bpm	Pressão: 0 mmHg

## DADOS CLÍNICOS:

TRAUMA  
DOR ESCORIAÇÕES EM MSD MIE  
CD RX ANTEBRAÇO D 2P =f FRATURA DO RADIO DISTAL D  
RX PE E 2P FRAT DE CALCANEIO E ?  
CD TALA GESSADA LUVIA BOTA  
ENC AO HUT

Diagnóstico Inicial:  
Fratura da extremidade distal do rádio

## EXAMES COMPLEMENTARES:

## PRESCRIÇÃO MEDICA:

D LIVRE  
ACESSO VENOSO  
DIPIRONA 2,0 CC AD EV 6/6 HS SOS  
TILATIL 20 MG AD EV 12/12  
CURATIVO

## MOTIVO DA ALTA/ENCERRAMENTO:

ENCAMINHADO PARA OUTRA UNIDADE

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ HORA: \_\_\_\_:\_\_\_\_:\_\_\_\_

Assinatura Paciente ou Responsável



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIRETORIA DO JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DA CIDADE DE SÃO PAULO

Processo nº 19070116442497600000005278209

REQUERIMENTO

DE DEFESA

DO REQUERENTE

JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA

CPF nº 000.000.000-00

RG nº 000.000.000-00

DATA DE NASCIMENTO: 00/00/0000

ENDEREÇO: 000.000.000-00

CIDADE: 000.000.000-00

ESTADO: 000.000.000-00


CEP: 000.000.000-00

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA

DATA: 01/07/2019 16:44:27

URL: https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19070116442497600000005278209

NÚMERO DO DOCUMENTO: 19070116442497600000005278209

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO/AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR	Nº LAUDO: 97503	
	AIH: 2218100309843	

### IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO SOLICITANTE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS - UPA RENASCENÇA	CNES 7823169
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT	CNES 5828856

### IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

CARTÃO SUS 707500279225390	NOME DO PACIENTE CARLOS JOSE DA PAZ PEREIRA	NASCIMENTO 07/09/1978	SEXO M	PRONTUÁRIO 477836
DOCUMENTO CPF 60592325318	TELEFONE 86994912915	NOME DA MÃE MARIA DE FATIMA PEREIRA DA PAZ	RESPONSÁVEL CARLOS JOSE DA PAZ PEREIRA	
CEP	ENDEREÇO - LOGRADOURO			NUMERO / LOTE SN
BAIRRO BAIRRO ZONA RURAL	COMPLEMENTO SANTA TERESA	MUNICÍPIO TERESINA	UF PI	

### LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

**PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS**  
PACIENTE VITIMA EM ACIDENTE DE MOTO COM TRAUMA EM MMSS

**CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO**  
TRATAMENTO CIRÚRGICO


**PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNOSTICAS(RESULTADO DOS EXAMES REALIZADOS)**  
RX

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

<b>CID 10 PRINCIPAL / DIAGNÓSTICO INICIAL</b> S525 - FRATURA DA EXTREMIDADE DISTAL DO RADIO	<b>CID 10 SECUNDARIO</b>	<b>CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS</b>
--	--------------------------	---------------------------------

### PROCEDIMENTO SOLICITADO

**COD/DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO**  
0408020407 - TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA EXTREMIDADE METAFISE DISTAL DOS OSSOS DO ANTEBRACO

<b>LEITO/CLÍNICA</b> ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA		
<b>CARÁTER</b> URGENCIA	<b>DATA SOLICITAÇÃO</b> 28/05/2018	
<b>DATA ADMISSÃO</b> 28/05/2018 12:19	<b>DATA ALTA</b> 30/05/2018 09:00	
<b>MOTIVO ALTA</b> MELHORADO		

### CAUSAS EXTERNAS(ACIDENTES OU VIOLÊNCIA)

TIPO ACIDENTE	CNPJ SEGURADORA	Nº DO BILHETE	SÉRIE	CNPJ DA EMPRESA	CNAE EMPRESA	CBOR	NATUREZA DA LESÃO
---------------	-----------------	---------------	-------	-----------------	--------------	------	-------------------

### AUTORIZAÇÃO

#### JUSTIFICATIVA DA "NAO" AUTORIZAÇÃO

<b>PROFISSIONAL AUTORIZADOR (ASSINATURA E CARIMBO(Nº DO CONSELHO))</b>  AARAO CRUZ MENDES CPF: 13178547304	<b>NOME DO PROFISSIONAL / PARECER CONTROLE AVALIAÇÃO / AUDITORIA</b>  DEPARTAMENTO DE SINISTROS DPVAT 24 ABR. 2018
---	--

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL:

GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro - Norte CEP: 64.002470





**FMS****Fundação Municipal de Saúde****PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA**

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Rubrica \_\_\_\_\_

BOLETIM DE CONTROLE DE CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

DATA 29.05.18

NOME DO PACIENTE: <u>Carlos João do F. Almeida</u>	PRONTUÁRIO Nº: _____
DIAGNÓSTICO: <u>Proctosigmoidite</u>	CIRURGIA: <u>Osteomielite</u>
ANESTESIA: <u>BPB</u>	Nº DA SALA: <u>02</u>
CIRURGIÃO: <u>Dr. Carlos Vaz de Oliveira Neto</u> Médico Ortopedista CRM-PI 3054	CPF Nº: _____
AUXILIAR: _____	CPF Nº: _____
ANESTESIA: _____	CPF Nº: _____
INSTRUMENTADORA: <u>Evaldemia</u>	CPF Nº: _____

DEPARTAMENTO DE SINISTROS

DPVAT

CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

24 ABR. 2018

GENTE SEGURADORA S.A.

Rua Coelho de Resende, 465 Loja C

Centro - Norte CEP: 64.002470

**MATERIAL DE CONSUMO**

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO
AGULHA 25X8	UNID.	<u>03</u>		LÂMINA DE BISTURI	UNID.	<u>02</u>	
AGULHA 30X8	UNID.	<u>03</u>		LUVA Nº <u>7-715</u>	PAR	<u>04</u>	
AGULHA 40X12	UNID.	<u>04</u>		LUVA Nº <u>8</u>	PAR	<u>03</u>	
AGULHA RAQUE	UNID.	<u>1</u>		LUVA DE PROCEDIMENTO	PAR	<u>08</u>	
ALCOOL 70%	ML	<u>100</u>		PVPI DE GERMANTE	ML	<u>900</u>	
ALGODÃO	BOLA	<u>04</u>		PVPI TÓPICO	ML	<u>150</u>	
ÁGUA OXIGENADA	ML	<u>100</u>		PVPI TINTURA	ML		
COMPRESSA	PAC.	<u>04</u>		SERINGA 20CC	UNID.	<u>03</u>	
EQUIPO MACRO-GOTA	UNID.	<u>04</u>		SERINGA 10CC	UNID.	<u>03</u>	
ESPARADRAPO	CM	<u>100</u>		SERINGA 5CC	UNID.	<u>02</u>	
ESCALPE Nº	UNID.			SERINGA 3CC	UNID.		
FORMOL	ML			SORO FISIOLÓGICO	FRASCO	<u>04</u>	
GASES	PAC.	<u>15</u>		SONDA URETRAL	UNID.	<u>02</u>	
JELCO Nº	UNID.	<u>02</u>		<u>Caspa</u>		<u>04</u>	
<b>FIOS</b>	<b>UNID.</b>	<b>QUANT.</b>	<b>PREÇO</b>	<b>OCCORRÊNCIA</b>			
CAT. GUT. SIMPLES C/AG							
CAT. GUT. SIMPLES S/AG.							
CAT. GUT. CROMADO C/AG							
CAT. GUT. CROMADO S/AG							
ALCOFIL							
MONONYLON <u>3-0</u>		<u>04</u>					
FITA UMBILICAL				ENFERMARIA:			
VICRYL				CIRCULANTE: <u>Te. Azevedo</u>			
PROLENE							



MOD - 094



Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 01/07/2019 16:44:27

<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19070116442497600000005278209>

Número do documento: 19070116442497600000005278209

Num. 5509993 - Pág. 13

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIRETORIA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DA COMARCA DE SÃO PAULO



Processo nº 19070116442497600000005278209

Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 01/07/2019 16:44:27

https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19070116442497600000005278209

Número do documento: 19070116442497600000005278209

Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 01/07/2019 16:44:27

https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19070116442497600000005278209

Número do documento: 19070116442497600000005278209

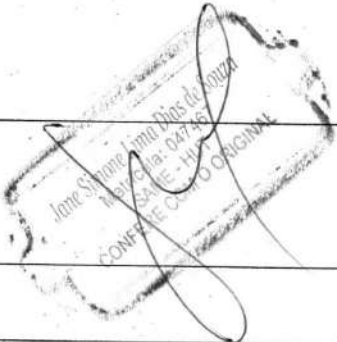
Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 01/07/2019 16:44:27

https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19070116442497600000005278209

Número do documento: 19070116442497600000005278209

Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 01/07/2019 16:44:27

## RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO			
centro cirúrgico			
Nome do Paciente <i>Carlos José do Rê Ferreir</i>			
Diagnóstico pré-operatório <i>fratura do fêmur do L.D.</i>			
Operação - Tipo <i>Osteomielite e Placa e Pinos</i>			
Cirurgião <i>Dr. Caio Vaz de Oliveira Neto</i> Médico Ortopedista CRM-PI 3054		1º Assistente	
2º Assistente		3º Assistente	
Instrumentador(a)		Anestesista	
Anestésico(a)			
Data da Operação <i>29.05.18</i>		Início	
Diagnóstico Pós-operatório		Fim	
Relatório Imediato do Patologista			
Acidente Durante a Operação			
<div style="text-align: center;">  </div>			
<div style="text-align: center;"> <b>DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO</b>  <b>(Técnica, Ligadura, Suturas, Drenagem, Fechamento)</b> </div> <p><i>Realizada a amputação da perna esquerda no nível da articulação do joelho. Realizada a fixação da placa com 4 pinos. Realizada a sutura da ferida com fio 3/0. Realizada a drenagem com tubo de 16F. Realizada a lavagem da cavidade com solução fisiológica. Realizada a aplicação de curativo. Realizada a anestesia com bupivacaína 0,5%.</i></p>			
DEPARTAMENTO DE SINISTROS		DPVAT	
CONTEUDO NÃO VERIFICADO			
24.06.2018			
GENTE SEGURADORA S.A.			
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C			
Centro - Niterói - RJ - CEP: 24.033-100			

Mod. 76 HUT



# FOLHA DE ANESTESIA



NOME DO PACIENTE		UNIDADE DE SAÚDE				Nº DE REGISTRO	
DATA:	P. ARTERIAL	PULSO	RESPIRAÇÃO	TEMPERATURA	PESO	ALTURA	
EXAMES DE SANGUE	GR. SANGÜÍNEO	HEMATIMETRIA	HEMOGLOBINEMIA	HEMATOCRITOS	GLICEMIA	DOS. URÉIA	
EXAMES DE URINA							
FUNÇÃO RESPIRATÓRIA							
SISTEMA CIRCULATÓRIO					ELETROCARDIOGRAMA		
SISTEMA RESPIRATÓRIO					ASMA	BRONQUITE	
SISTEMA DIGESTIVO				SISTEMA URINÁRIO			
ESTADO MENTAL				CORTICOIDES	ATARAXICOS	OUTROS	
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO					FÍSICOS		
PRÉ-MEDICAÇÃO (AGENTES DOSES)				APLICADO AS	EFEITOS		
AGENTES ANESTÉSICOS		OXIGÊNIO					TOTAL DE DOSES
		1					
		2					
		3					
LÍQUIDOS	SO-UTO 500	400					
	SANGUE 300	200					
	OUTROS 100						
TEMPERATURA T	Cº	260					
		240					
		2					
P. ARTERIAL	38	200					
V O		180					
PULSO		160					
		1					
		140					
INÍCIO E FIM ANESTESIA X		120					
		100					
INÍCIO E FIM OPERAÇÃO		80					
		60					
		40					
RESPIRAÇÃO O		20					
		10					
SÍMBOLOS						DURAÇÃO	
						VIA	
TÉCNICAS						INCIDENTE - ACIDENTE	
OPERAÇÕES							
CIRURGIÕES							
ANESTESISTAS							
PARTICULARIDADES						CONDIÇÕES PÓS-OPERATÓRIO IMEDIATAS	

MOD 76 - HUT



### PRESCRIÇÃO MÉDICA

N

[illegible]





FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

## PRESCRIÇÃO MÉDICA

NOME DO PACIENTE		PRONTUÁRIO	CLÍNICA	ENF. OU AP	LEITO	MÉDICO ASSISTENTE
CARLOS JOSÉ DA PAZ PEREIRA			Ortopédica			
DATA/HORA CÓDIGO	PRESCRIÇÃO MÉDICA	RELATÓRIO DE ENFERMAGEM				
		HORÁRIOS	OBSERVAÇÕES			
28/05/18	# RADIO DISTAL		13:38h - Fete de amputação, digo, admitido no Pronto S. Grupo Blandino - COVEN 354352.			
1	Dieta oral livre		22:00 PA 100/67 mmHg			
2	SG 5% 500ml + SF 0,9% 500 ml EV EM 24H		Pulsos 88 bpm - Sístole			
3	Dipirona 1G - 2CC + AD EV 6/6h		06:00 PA 102/65 mmHg			
4	Tenoxicam 20mg - 01 amp + AD EV 12/12h		Pulsos 76 bpm - Sístole			
5	Tramadol 100mg 01 amp + AD EV 8/8h SOS					
6	Plasil 10 mg 1 amp EV 8/8h SOS					
7	CCGG					
8						
9	CC AMANHÃ DR CAIO					

*Dr. Caio F. de Oliveira Neto  
Médico Ortopedista  
CRM-PI: 3064*

*DEPARTAMENTO DE SAÚDE  
DPMAT  
CENTRO DE VERIFICAÇÃO  
21.04.2018  
GENTE SEGURADORAS S.A.  
Rua Celso de Faria, 455 - Jd. C  
Cairns - Norte - CEP 64.004-770*







Fundação Municipal de Saúde



17 577 205/ 0015 - 32  
UPA RENASCENÇA  
Rua Rio Verde Nº 2810  
Renascença III -  
CEP 64082-110  
Teresina-PI

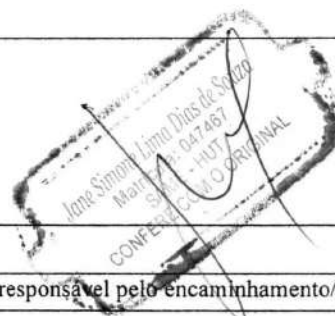
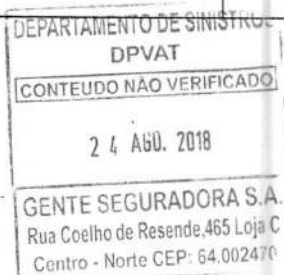


SERVIÇO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA  
FICHA DE ENCAMINHAMENTO

De: UPA	Para: HIV
Carlos José da P. Aguiar	
Registro:	
MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO	
Dor no nosso lado direito Mx. Acheu o Gm Mx. Gz. Acheu o Gm Mx. Gz. Acheu o Gm	
TERESINA-PI 22/05/18	Médico responsável pelo encaminhamento/carimbo

FICHA DE RETORNO

De:	Para:
DIAGNÓSTICO	
Médico responsável pelo encaminhamento/carimbo	







Prefeitura Municipal de Teresina  
Secretaria Municipal de Saúde

## CENTRAL DE REGULAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR COMPROVANTE DE REGULAÇÃO

<b>AUTORIZAÇÃO:</b> 238711803	<b>Nº REGULAÇÃO:</b> 27778	<b>TIPO:</b> TRANSFERÊNCIA INTERHOSPITALAR
<b>ESTABELECIMENTO SOLICITANTE:</b> 7823169 - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS - UPA RENASCENÇA - (86) 3234-7074		
<b>ESTABELECIMENTO REFERENCIADO:</b> 5828856 - HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT		
<b>LEITO:</b> ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA		
<b>PACIENTE:</b> CARLOS JOSE DA PAZ PEREIRA		<b>NASCIMENTO:</b> 07/09/1978

### DADOS CLÍNICOS

<b>HISTÓRIA CLÍNICA:</b> DRAMA DOR ESCORIAÇÕES EM MSD MIECD RX ANTEBRAÇO D 2P=F FRATURA DO RADIO DISTAL D RX PE E 2P FRATURA DE CALCANEOL E?			
<b>PROVAS DIAGNÓSTICAS:</b> RX			
<b>EXAMES SOLICITADOS:</b>			
<b>DIAGNÓSTICO(CID):</b> FRATURA DA EXTREMIDADE DISTAL DO RADIO			
<b>COMORBIDADE:</b>			
<b>PRESSÃO ARTERIAL:</b>	<b>FREQ. CARDÍACA:</b>	<b>SATURAÇÃO:</b>	<b>FREQ. RESPIRATÓRIA:</b>
<b>GLICEMIA:</b>	<b>NÍVEL DE CONSCIÊNCIA:</b>	<b>USO DE O2:</b>	
<b>USO DROGAS VASOATIVAS:</b>			
<b>USO ANTIBIÓTICOS:</b>			
<b>USO DE OUTRAS MEDICAÇÕES:</b>			

**DATA:** 28/05/2018 11:21:43

MÉDICO RESPONSÁVEL PELO ENCAMINHAMENTO (CARIMBO)



k

1/1









Fundação Municipal de Saúde

**SUS**

17 577 205/ 0015 - 32  
UPA RENASCENÇA  
Rua Rio Verde Nº 2810  
Renascença III -  
CEP 64082-110  
Teresina-PI



**SERVIÇO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA**  
**FICHA DE ENCAMINHAMENTO**

De: UPA	Para: HIV
Condição: José da P. Pereira	Registro:
<b>MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO</b>	
Dor no vise oho <u>Directo</u> Mx. Aacho u. Gon M. Gr. Aacho u. Gon	
TERESINA-PI 20/05/18	DR. ELMAR DE SOUZA LIMA JUNIOR ORTOPEDIA / TRAUMATOLOGIA CRM: 313 TST - 0054 Médico responsável pelo encaminhamento/carimbo

**FICHA DE RETORNO**

De:	Para:
<b>DIAGNÓSTICO</b>	
Júlio Simão dos Santos Médico de Família CONFÉRENCIA ORIGINAL	
TERESINA-PI: _/_/_	Médico responsável pelo encaminhamento/carimbo





**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

**LAUDO MÉDICO**

Paciente: **CARLOS JOSE DA PAZ PEREIRA** (Prontuário: 477836)  
Endereço: F DVOADO SANTA TEREZA - ZONA RURAL - TERESINA - PI CEP: 64000-010  
Nascimento: 11/09/1978 Idade: 39a9m6d Sexo: Masculino Origem: INTERNAÇÃO Atendimento: 215253  
Requisição: 842427 Solicitação: 30/05/2018 Solicitante: CAIO VAZ DE OLIVEIRA NETO  
Controle: 1041631 Convênio: S U S CLINICA ORTOPEDICA - P11 ENFERMARIA 232 EXTRA 001

**RELATÓRIO:**

Cod. SIA: 0204040124

Data Exame: 30/05/2018

**PUNHO DIREITO**

O estudo radiológico do punho direito foi realizado nas incidências em pa/perfil.  
Os seguintes aspectos observados:

- Controle pós operatório.
- Fratura alinhada, com fixação metálica, na metáfise distal do rádio.
- Imobilização gessada.

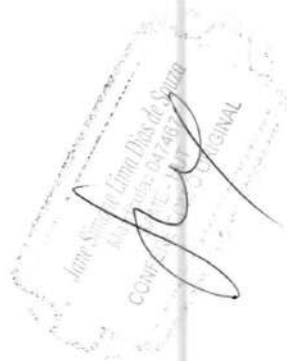
(LUIS CEZAR)

TERESINA - PI 13/06/2018

**VERA LUCIA RIOS ARAUJO**

CPF: 227.528.623-34 CRM - 1727

Profissional Responsável





**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

**LAUDO MÉDICO**

Paciente: **CARLOS JOSE DA PAZ PEREIRA** (Prontuário: 477836)  
Endereço: POVOADO SANTA TEREZA - ZONA RURAL - TERESINA - PI CEP: 64000-010  
Nascimento: 07/09/1978 Idade: 39a10m8d Sexo: Masculino Origem: INTERNAÇÃO Atendimento: 215253  
Requisição: 342220 Solicitação: 29/05/2018 Solicitante: CAIO VAZ DE OLIVEIRA NETO  
Controle: 1041380 Convênio: S U S CLINICA ORTOPEDICA - P11 ENFERMARIA 232 EXTRA 001

**RELATÓRIO:**

Cod. SIA: 0204040124

Data Exame: 29/05/2018

**PUNHO DIREITO**

O estudo radiológico do punho direito foi realizado nas incidências em pa/perfil.  
Os seguintes aspectos observados:

- Fratura no rádio distal com fixação metálica.
- Partes moles sem particularidades.

Conclusão: Fratura no rádio distal com fixação metálica.

(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 15/07/2018

**GERSON LUIS MEDINA PRADO**

CPF: 395.685.043-20 CRM-PI 2687

Profissional Responsável





Rio de Janeiro, 27 de Agosto de 2018

Aos Cuidados de: **CARLOS JOSE DA PAZ PEREIRA**

Nº Sinistro: **3180394302**

Vítima: **CARLOS JOSE DA PAZ PEREIRA**

Data do Acidente: **28/05/2018**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Procurador: **KEYLLY MOURA DE OLIVEIRA**

**Assunto: AVISO DE SINISTRO**

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180394302**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Carta nº 13287872

Pag. 01575/01576 - carta\_01 - INVALIDEZ



00020788



Rio de Janeiro, 28 de Agosto de 2018

Aos Cuidados de: **CARLOS JOSE DA PAZ PEREIRA**  
Nº Sinistro: **3180394302**  
Vítima: **CARLOS JOSE DA PAZ PEREIRA**  
Data do Acidente: **28/05/2018**  
Cobertura: **INVALIDEZ**  
Procurador: **KEYLLY MOURA DE OLIVEIRA**

**Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL**

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180394302**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Documentação médico-hospitalar não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **GENTE SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

**Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias**, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag: 00089/00090 - carta\_03 - INVALIDEZ



Carta nº 13299052





Rio de Janeiro, 06 de Novembro de 2018

Aos Cuidados de: CARLOS JOSE DA PAZ PEREIRA  
Nº Sinistro: 3180394302  
Vítima: CARLOS JOSE DA PAZ PEREIRA  
Data do Acidente: 28/05/2018  
Cobertura: INVALIDEZ  
Procurador: KEYLLY MOURA DE OLIVEIRA

**Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL**

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180394302**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Documentação médico-hospitalar não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **GENTE SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

**Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias**, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 0115101152 - carta\_03 - INVALIDEZ



Carta nº 13557655





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 20 de Dezembro de 2018

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3180394302

Vítima: CARLOS JOSE DA PAZ PEREIRA

Data do Acidente: 28/05/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: KEYLLY MOURA DE OLIVEIRA

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), CARLOS JOSE DA PAZ PEREIRA

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Documentação médico-hospitalar não enviado(a). não acusamos o recebimento do documento, necessário apresentar.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Pag. 01427/01428 - carta\_03 - INVALIDEZ

00050714



Carta nº 13740001





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

---

**Rio de Janeiro, 17 de Janeiro de 2019**

**Nº do Pedido do**

**Seguro DPVAT: 3180394302**

**Vítima: CARLOS JOSE DA PAZ PEREIRA**

**Data do Acidente: 28/05/2018**

**Cobertura: INVALIDEZ**

**Procurador: KEYLLY MOURA DE OLIVEIRA**

**Assunto: NOVA TENTATIVA DE PAGAMENTO**

**Senhor(a), CARLOS JOSE DA PAZ PEREIRA**

Comunicamos que o banco indicado para recebimento do Seguro DPVAT rejeitou o depósito por problemas nos dados informados e, com isso, não foi possível concluir o seu pagamento.

Para nova tentativa de depósito, será necessário o envio de novo formulário de Autorização de Pagamento com os dados bancários atualizados e devidamente assinado.

O formulário está disponível no nosso site e deverá ser entregue na GENTE SEGURADORA S/A, ponto de atendimento onde o pedido do Seguro DPVAT foi feito.

O prazo de 30 (trinta) dias para pagamento do Seguro PVAT foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber o documento solicitado. Caso não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Pag. 01277/01278 - carta\_25 - INVALIDEZ

